

DIÁLOGOS E INTERAÇÕES

Carta Geral do Império e a formação do território brasileiro

Cristina de Moraesⁱ

Doutoranda em Geografia
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"
(UNESP)

Resumo

O presente trabalho coloca em discussão a importância da produção cartográfica para a formação territorial do Brasil, em uma perspectiva que compreende esta produção científica como auxiliar aos interesses políticos e que por sua vez, avança enquanto ciência. Buscou-se estabelecer um diálogo entre a produção cartográfica, que girou em torno da Carta Geral do Império e as diferentes preocupações que surgiram sobretudo ao final do século XIX, e como em diversos momentos estavam interligadas. Primeiramente, é discutido acerca da mudança de perspectiva sobre as ciências a partir das últimas décadas do século XX e como esta postura contribuiu para a compreensão da relação entre a produção científica e o contexto no qual a mesma está inserida. Em seguida, está exposto a questão central do trabalho, que é a contribuição das ciências para processos políticos, adotando como ângulo particularizador a formação territorial.

Palavras-chave: ciência; Carta Geral do Império; território; cartografia; Geografia.

DIALOGUES AND INTERACTIONS: GENERAL CHART OF THE EMPIRE AND THE FORMATION OF THE BRAZILIAN TERRITORY

Abstract

This paper discussed the importance of the cartographic production for the territorial formation of Brazil, under a perspective that comprehends this scientific production as an aid to political interests. This process also advances cartographic production as a science field. We sought to establish a dialogue between the cartographic production, which revolved around the General Charter of the Empire, and the different concerns that rose particularly at the end of the XIX century, and how they were intertwined in several moments. At first, we discussed the change in perspective over the sciences since the last decades of the XX century, and how this posture contributed for the comprehension of the relation between the scientific production and the context where it is inserted. Then we exposed the main question of this work, which is the contribution of Science to the political processes, adopting the territorial formation as a particular point of view.

Keywords: science; General Chart of the Empire; territory; cartography; Geography.

ⁱ *Endereço institucional:*

Avenida 24 A, n. 1515. Jardim Vila Bela. Rio Claro, SP, Brasil. CEP: 13506-900.

Endereço eletrônico:

cris2.moreaes@gmail.com

Ciência, um produto social: algumas considerações

Embora propondo discutir sobre a ciência, em especial a cartografia e a formação do território, este trabalho também pode ser identificado como uma contribuição à história das ciências. Para isto é assumido a perspectiva social como ajuste angular para capturar qual a relação e a reciprocidade entre a cartografia oitocentista e o processo de formação territorial do Brasil, colocando o contexto como um importante elemento da tessitura científica.

Adota-se como fio condutor a importância que a ciência desempenhou para a formação territorial e do Estado durante este período, de modo que pode ser posta como auxiliar na remodelação do país. Para isto, o período do regime monárquico até os primeiros decênios da república brasileira apresenta-se como uma rica fonte de inquietações e descobertas sobre a profícua relação da formação territorial ancorada na ciência. O recorte temporal compreende o período oitocentista foi marcado por significativas transformações que gradativamente adquiriram amplitude horizontal e vertical, situando a consolidação de um modelo de Estado que tem no controle do território um dos seus pilares de sustentação; visualizava-se também a formação de um mercado interno consolidado e sob os auspícios do sistema capitalista. Trata-se de um momento histórico efervescente politicamente e da inserção de mudanças que se desdobram para além do seu tempo: a mudança do regime de trabalho, a privatização da terra, o enfraquecimento do regime/moral senhoril são algumas das manifestações da disseminação de um sistema político (estado moderno) e econômico (capitalismo) que possui no controle territorial um importante pilar de sustentação.

Deste modo, a investigação das ciências desenvolve-se obrigatoriamente em conjunto com o entendimento das circunstâncias que compunham a formação nacional. Com o florescimento do positivismo enquanto paradigma que dentre seus princípios acreditava numa produção asséptica do conhecimento, os fatores histórico-concretos passaram a não serem incorporados nas análises, constituindo uma metodologia internalista. Esta última, por conceber a ciência como algo epistemolo-

gicamente superior, considera que sua evolução desenvolve-se mediante o acúmulo de conhecimentos.

Foi sobretudo a partir das considerações de Kuhn, na década de 1960, que os aspectos extra científicos foram incorporados nas investigações, abrindo um profícuo caminho de pesquisas na historiografia das ciências, ao considerar que esta não poderia ser concebida como um sistema autônomo de produção de verdade. A perspectiva externalista amplia as hipóteses investigativas por observar a interação com os fatores externos a ciência, inclusive as motivações ideológicas que perpassam pela mesma (FIGUEIROA, 1997).

A historiografia das ciências no Brasil ainda que com recentes mudanças, foi frequentemente associada a uma ideia de atraso, que por questões metodológicas e políticas buscou equiparar a produção nacional aquilo que era desenvolvido na Europa, desconsiderando as diferenças histórico-concretas, fazendo com o que aquilo que era tomado como ideal a partir de uma dada realidade por não ser encontrada noutra realidade, categorizava esta última como sociedades em atraso. É incontroverso que a Europa, por ser o berço da disseminação deste ideário iluminista no qual a ciência moderna é, incontestavelmente uma importante parte, serviu de norte e fonte de inspiração, ou seja, entretanto algumas decisões e temáticas surgem a partir de realidades específicas dos países não-europeus (FIGUEIROA, 1997).

Outro exemplo válido, eram as limitações financeiras predominando sobre os trabalhos. Importa ainda considerar que as limitações financeiras de uma nação ainda jovem, cuja condição colonial, mesmo que findada ainda balizava o desenvolvimento sócio-econômico e científico, pois a mudança política não rompeu com a condição subordinada e hierárquica nas relações econômicas¹. Caso emblemático foram os trabalhos da Comissão da Carta Geral do Império (CCGI) que ao terminar o documento cartográfico que foi exposto na Exposição Nacional (1875) e na Exposição Universal de Filadélfia (1876) afirmava plena consciência de um documento que ainda não era adequado aos atuais padrões científicos, mas que para conseguir esta condição era preciso aumentar em 16 vezes o número de pessoas ocupadas nos tra-

¹ Para Fernandes (1981) é exatamente a manutenção desta condição que evitou uma regressão econômica às classes dominantes e que, coincidiam com a força econômica do país.

balhos requeridos para este fim, justificado pela hercúlea tarefa de conhecer e cartografar um país de dimensões continentais. Todavia, mesmo com tais limitações a CCGI é uma das grandes contribuições que devem ser postas em cenário e para isto é preciso adotar uma postura investigativa que considere os diferentes projetos, exitosos ou não, mas que contribuíram para construir a base dos saberes cartográficos brasileiros, possibilitando seu aperfeiçoamento posteriormente.

Ainda inserida nesta concepção eurocêntrica, consolidou-se uma abordagem que localiza a ciência europeia na historiografia brasileira, tentando identificar os padrões de incorporação, o que foi e o que não foi importado e ainda apontar para as adaptações como entendimentos parciais ou limitado das teorias, marginalizando as reais necessidades sentidas pelos pensadores para melhor entender/explicar estas adaptações, evitando rotulá-las como “erradas”. A exemplo, embora não abordando diretamente o território, mas sim da composição do povo brasileiro para construir o país, é o caso das teorias raciais que indicavam a miscigenação como o caminho para a “salvação/branqueamento” do povo, não condenando integralmente. Se tais teorias em seus locais originários afirmavam que a miscigenação era condenável, no Brasil, um país inegavelmente mestiço, tais teorias não poderiam ser acatadas em sua integralidade pois representariam a aceitação de uma condição subalterna e bárbara, que o Brasil Império jamais aceitaria. Deste modo, a mestiçagem é tomada sim como problema, mas passível de correção – o branqueamento e consequentemente, a colonização europeia. A miscigenação só foi aceita enquanto transição para o branqueamento. Estes ajustes teóricos são consideráveis e estão atrelados as especificidades da nossa formação.

De modo geral buscou-se inserir o Brasil na história da ciência europeia, sem atentar para as especificidades que estas concepções adquiriram e eram usadas na América – aqui se refere as suas bases epistemológicas e metodológicas que ganham um contorno interessante quando considerarmos as motivações ideológicas. A frequente comparação entre a ciência europeia e a ciência brasileira desconsiderando o contexto conduzia a uma frustração, uma vez que o idealizado como válido e adequado não era encontrado no contexto material. Se olharmos sem esta lente eurocêntrica, vamos encontrar um passado com observatórios, academias, institutos,

comissões e expedições que muito conhecimento produziram sobre estes novos espaços, que identificavam as potencialidades de uso dos novos materiais encontrados (FIGUEIROA, 1997).

Esta postura empregada habitualmente delegava uma atenção especial as “grandes teorias” ou aos “sucessos institucionais” que com esta postura acabaram consolidando como categoria analítica a “história dos vencedores”, um recorte metodológico que não contempla a construção cotidiana da ciência, que para esta autora, constitui a maior parte do processo. Figueiroa (1997) que estudou as ciências geológicas no Brasil durante o período de 1875-1934, defende que esta visão de atraso é condicionada pelo caráter metodológico, “pois as metodologias habitualmente empregadas pela historiografia das ciências, elaboradas nos chamados ‘centros’, concentraram a atenção nas ‘grandes teorias’ e ‘grandes personagens’ ou nos ‘sucessos institucionais’” (p. 17) Produziram “categorias analíticas para uma ‘história dos vencedores’, deixando de lado a ‘história cotidiana’ das ciências, que constitui, na verdade, a maior parte do processo” (p. 17). A isto é possível exemplificar com os tratados de fronteiras, que são frequentemente lembrados pelas implicações diplomáticas, importantes obviamente, mas raramente são mencionados como contribuição para o conhecimento geográfico que viabilizaram através dos trabalhos das comissões demarcatórias que além das técnicas e práticas empregadas – que deveriam se ajustar as condições financeiras, de infraestruturas, topográficas, etc – também estavam responsabilizadas pelo levantamento de informações geográficas sobre os lugares percorridos. A exemplo pode ser mencionado as instruções para os trabalhos demarcatórios do Tratado de Madrid trazia a seguinte orientação no artigo segundo:

Porão os commissarios o mayor cuidado em ajustar-se aos Artigos 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 da mesma Instrucção que tratão da obrigação que compete aos Cosmographos, porque ambas as magestades recommendão, que o trabalho, que fizerem seja, não só exacto senão também proveitoso ao adiantamento das sciências. (BARÃO DO RIO BRANCO, 2002)

O uso das ciências para orientar ações práticas pode ser identificadas ainda no Brasil Colônia, cuja metrópole empenhou-se em incorporar práticas científicas em suas políticas coloniais, exemplificadas pelas expedições que possuíam tanto objetivos militares como a organização de inventários sobre os recursos naturais presentes nas colônias. A revitalização da exploração colonial também foi influenci-

ada pela difusão de ideias iluministas, desenvolvendo-se através da contratação de ilustrados para realizar levantamento dos recursos minerais e incentivo agrícola através da implantação de jardins botânicos. A metrópole detinha interesse em uma exploração mais racional da colônia, as iniciativas efetivas foram importantes, todavia esparsas, sendo após a Independência que direcionou-se um conjunto de medidas para institucionalização através da criação de institutos que foram fundamentais para que as tradições científicas fossem estabelecidas de forma mais contínua. Destaca-se ainda, o interesse em formar pessoal capacitado no uso e aplicação de técnicas e saberes científicos com a criação da Academia Real dos Guarda-Marinhas (1808), da Academia Real Militar (1810) e nos treinos práticos do Imperial Observatório (1827) – tais iniciativas respaldavam a formação de pessoal para elaboração de mapas, com prática de astronomia, trigonometria e geodesia. Essas ações da metrópole introduziram as ciências como auxiliares na consecução de ações que não foram abandonadas pela nação após a ruptura do enlace colonial.

A cartografia setecentista, que teve colaboração significativa dos “padres matemáticos”, por ser tomada como base para os trabalhos no período imperial, pode ser apontada como precursora, não sendo distinto o móbil destas ações: a necessidade de melhorar o domínio territorial através do conhecimento in loco e elaboração de documentos cartográficos que evidenciavam o conhecimento das terras que detinham.

A vinda da família real é posto por Peixoto (2004) como o momento propício para o desenvolvimento das atividades cartográficas no território nacional, seja pela vinda de uma grande coleção de mapas, bem como pela criação do Arquivo Militar e Escola Militar, que sempre articulavam as necessidades advindas das questões litigiosas e administrativas. Igualmente, a saída da Família Real em 1822, também deslocaria a coleção de mapas, pressionou para que o Brasil Imperial passasse a gestar os trabalhos cartográficos e acervos vinculados com as “novas” necessidades administrativas advindas da conjuntura da independência.

A redefinição da concepção de ciência e alteração da opção metodológica para trabalhar a história das ciências permite-nos apreendermos os aspectos externos e cotidianos que corroboram os diferentes usos e evolução das ciências, a partir do

contexto histórico-concreto que este conjunto de práticas estava sendo aplicados. Considerando que as ciências não são elaboradas de forma asséptica e descontextualizadas do conjunto de interesses que move os homens, assim, captar as motivações extra científicas que justificaram ou influenciaram em escolhas e ações coloca-nos em diálogo com os aspectos de caráter ideológico que embasaram tais decisões.

Carta Geral do Império: contextos e interesses

Com o processo da Independência, todo este conjunto de saberes acumulados e as instituições criadas, seja durante o período colonial ou ainda na rápida permanência da coroa portuguesa no Brasil receberam continuidade convergindo para que as instituições científicas e as ciências adquirissem coesão e presença constante nas ações e nos projetos políticos. Igualmente, seria nelas que o jovem Estado encontrou ferramentas consideráveis para delinear seus caminhos administrativos, políticos e imaginários. Ao argumentar sobre a importância dos saberes geográficos/cartográficos para a política, Lacoste afirma que:

Esse conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos bem variados, visto em sua relação com o espaço terrestre e nas diferentes formas práticas do poder, forma um saber claramente percebido como estratégico por uma minoria dirigente, que a utiliza como instrumento de poder (LACOSTE, 1988, p.26)

A consolidação do Império no Brasil mostrou-se como uma tarefa inacabada, cuja inexistência de um consenso entre as elites acerca do arranjo institucional conduziu a uma turbulência política vivenciada sobretudo na Regência, usufruindo de uma certa estabilidade a partir da década de 1860. É partir deste período que se observa uma retomada nas políticas administrativas que viabilizaram a consolidação do Estado e a disseminação do capitalismo como sistema econômico. Dentre as medidas que integram esta política econômica foram proeminentes a imigração, implantação de colônias nos fundos territoriais, alteração do sistema de trabalho (cativo para livre) e a privatização da terra. Foram ações interligadas e que sobretudo para as duas primeiras, o conhecimento geográfico foi pertinente – propagando e assentamento dos núcleos coloniais, pois vinculavam-se com a estabilização do Império e este perpassava pela gestão territorial. Paralelamente a consolidação de um

mercado interno recebia os primeiros impulsos, fomentado por uma infraestrutura de transportes e comunicações.

Para Fernandes (1981) a reestruturação do espaço após a Independência era de uma necessidade evidente, sobretudo quando se considera que, além dos processos e turbulências internas que marcaram o oitocentos, ainda estava em curso a conquista de fronteiras. Diante destas circunstâncias, apresentava como preocupante o fato que detinha-se um conhecimento espacial de modo insatisfatório, agravado pela ocupação predominantemente litorânea e filiforme, composta com alguns povoados pelo interior.

É também nesta época que diversas iniciativas cartográficas foram organizadas sob coordenação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), cuja criação simbolizava a crescente necessidade de conhecimento territorial para dar subsídios às estratégias administrativas e de representação de imagem territorial. Ainda através do MACOP foram criadas comissões que reforçavam as iniciativas cartográficas como um conjunto de ações entrelaçadas que possuíam o intuito de subsidiar o desenvolvimento de obras de infraestrutura, fator primordial na consolidação de um mercado nacional integrado (FERNANDES, 1981), bem como nos processos de defesa do território, sentidos sobretudo durante a Guerra do Paraguai. Sob a Inspeção de Obras e Terras Públicas, pasta pertencente ao MACOP, criou-se a Comissão da Carta Geral do Império em 1862, que para confeccionar um documento cartográfico e desempenhou um importante papel no levantamento, organização e memória de outros documentos cartográficos já existentes, além de desprender esforços para conseguir ampliar o conhecimento empírico sobre as diferentes partes do Brasil, para suprir fragilidades constadas nestes documentos. O MACOP desenvolveu um esforço notório da “integração” territorial, dando suporte as atividades agrícolas, que estavam em expansão, surgia a necessidade de acesso a diferentes áreas seja através das vias fluviais, férreas ou convencionais. Foram constituídas as seguintes comissões, cujos trabalhos se organizavam em torno da CGI: a Comissão da Carta Geológica (1871) e a Comissão da Carta Itinerária (1871) que serão abordadas ao longo deste texto.

Num primeiro momento, a CCGI aquilo que pode ser chamado de “inserção no universo conhecido das representações cartográficas” (PEIXOTO, 2004, p. 311) que trata-se de tomar conhecimento dos documentos cartográficos existentes e técnicas já experimentadas de modo a aproveitar este saber já produzido, estabelecendo interações e trocas de modo a qualificar o trabalho proposto. A isto, seguia-se ainda a “escolha do repertório das tradições das experimentações do território” que corresponde a escolha dos métodos e técnicas a serem empregadas. Integrando estas tarefas, o Barão João Duarte da Ponte Ribeiro realizou a compilação e organização dos vários mapas que serviram de base para a confecção da Carta Geral do Império, uma obra que “terá a dupla conveniência de fazer conhecer por a existência destes importantes trabalhos, e de facilitar aos competentes e apreciação da Carta Geral do Império”, tarefa que localizou trezentos trabalhos, dos quais somente nove representavam o país por inteiro. Foi a partir destes trabalhos que deu-se início a elaboração dos trabalhos da CGI.

O início dos trabalhos da Comissão foi marcado por dificuldades inerentes as instituições criadas durante o oitocentos, que deparavam-se com falta de pessoal habilitado ao desenvolvimento dos trabalhos (cálculos, desenhos e expedições), dificuldades financeiras, não retorno das informações solicitadas às províncias. A Comissão teve a responsabilidade de organizar, elaborar e levantar uma carta geográfica em bases científicas, o que compreendia a aplicação da geodesia de precisão e a implantação de uma rede de triangulação precisa. Sob orientação inicial do Dr. Antônio Maria de Oliveira Bulhões, os trabalhos foram planejados em 1864, mas iniciados em 1867. Acordou-se inicialmente que a carta fosse composta de 42 folhas, entretanto em 1871, já com 31 folhas prontas, constatou-se a necessidade de correção de informações. Ao final dos trabalhos, a carta foi elaborada na escala de 1: 3.710.220 e adotada a projeção de Flamsteed modificada, possuindo como meridiano central a linha que passava pelo Morro do Pão de Açúcar (BRASIL, 1874, p. 218), situado a 0°00'57" a leste do Imperial Observatório Astronômico no Rio de Janeiro².

² O meridiano de Greenwich foi adotado como meridiano zero para todas as longitudes em 1871, durante o Primeiro Congresso Internacional de Geografia, realizado em Antuérpia, Bélgica.



Figura 1: Carta Gera do Império (1875)

Além da importância administrativa que representava a confecção de um documento cartográfico destas proporções, a Carta tinha um público alvo bem específico: a Exposição Universal da Filadélfia (1876). Até então, os documentos usados para fins das exposições ou outra necessidade de representar o país era a Carta Geral do Brasil (1846) de autoria de Jacob Conrado Niemeyer. Ainda a redução que Pedro Torquato Xavier de Brito realizou em 1867 também era utilizado e as vezes alterado para algum determinado fim. A exemplo disto, foi a Exposição Universal de 1873, realizada em Viena, que:

Não havendo no Archivo Militar uma carta do Imperio propria para acompanhar o Relatorio “O Imperio do Brazil na Exposição de Vienna d’Austria” aproveitou-se a redução que o Sr. Tenente Coronel Pedro Torquato Xavier de Brito tinha feito da Carta confeccionada pelo Coronel Conrado em 1846, configurando-se o território das fronteiras, em conformidade de planos posteriormente organizados à vista de documentos officiaes.

Tambem se fizeram nella outras correcções, mas só as que a muito pressa permitiu. (RIBEIRO, 1876, p. 89)

Além das necessidades de gerenciamento territorial, menciona-se a importância em demonstrar domínio de todo o aporte da documentação cartográfica – desde os trabalhos mais básicos como levantamento de dados, triangulação e geodésicos, como a sua representação e impressão. Isto porque, além de facilitar os trabalhos administrativos, o mapa mostra o que é nacional, localiza seus recursos, acessos e delimita os espaços de soberania de uma nação. Nas dimensões materiais a construção nacional em diferentes dimensões impunha o “esquadrinhamento do território e dos homens que ele continha”, portanto, para demonstrar sua real capacidade de construção nacional a representação cartográfica apresentava-se como primordial. A civilização, que andava de mãos dadas com a ciência, deveria ser uma marca visível do Império tropical para que então a elite dirigente, sob o discurso da nação poderia ser considerada como um próspero país, que havia ultrapassado a condição de selvageria (dos nativos) e atraso (produzido pela condição colonial) – evitando a regressão econômica, medo que atingiu a elite durante os primeiros decênios imperiais (FERNANDES, 1981).

Estes apontamentos são importantes para compreendermos melhor a preocupação com o público alvo que se destinava a CGI. No relatório ministerial de 1874, é possível encontrarmos que a “4ª secção ocupa-se da organização da carta destinada à exposição de Philadelphia” (BRASIL, 1874, p. 218). Com as contribuições de Pesavento (1994), é possível apreender a importância para o sistema econômico das Exposições Universais como feira de negócios, nas quais, os países participantes expunham seus melhores produtos e novidades, disseminando suas informações ao mundo e igualmente, efetuando leituras de outros países. Foram elementos de propagação e aceitação dos conceitos de progresso e civilidade.

Nestes espaços, expunha-se instrumentos científicos, artefatos agrícolas, riquezas minerais, máquinas diversas, obras de artes, livros, produtos químicos e botânicos. O Brasil possui sua exposição distribuída em cinco departamentos: Mineração e Metalúrgica, Artes, Manufaturados, Aparatos e inventos para cozinhar e Educação e Ciência. Neste último, na secção de Engenharia, Arquitetura, Cartas, Mapas e Representações Gráficas a Carta Geral do Império apresentava ao mundo os con-

tornos da soberania brasileira e o domínio das técnicas cartográficas por esta Monarquia. Vale salientar que estava inserido num contexto claramente econômico e político, exposto como uma propaganda viabilizava as possibilidades de investimentos para as grandes obras de infraestruturas – sobretudo ferroviárias, e também para os processos imigratórios, fomentados pelo anseio do branqueamento populacional brasileiro e igualmente para a disseminação de uma ordem aquisitiva advinda das práticas e valores das populações europeias.

A partir destes delineamentos, pode-se afirmar que a representação do corpo da pátria não estava desvinculada aos interesses econômicos e políticos que orientavam a atuação das comissões mencionadas. Tratava-se de conquistar junto a comunidade mundial um lugar a jovem nação que almejava pertencer a este “mundo civilizado”, uma vez que compartilhava dos ideais de progresso e ordem, tomados como referências discursivos na construção nacional. Embora a conquista deste lugar consolidava-se não somente pela presença nas Exposições Universais ou referência a expedições, mas pela inserção no conjunto de relações comerciais que marcavam o período.

Um outro trabalho elaborado e utilizado para propagar uma apresentação adequada do Brasil, que também dialoga com os interesses da jovem nação é o Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil de Milliet de Saint-Adolphe. O prólogo do mesmo apresenta o país destacando sua posição geográfica, que com extensa costa “parece que havia sido predestinado pela Providência para ser o centro das transações comerciais de todo o mundo civilizado” (SAINT-ADOLPHE, 1863, p. VII), informa o tempo de viagem do continente europeu até os portos brasileiros. Segue afirmando que a população do Império não corresponde a vastidão do território, cujos povoados existentes ainda eram poucos. Uma condição que haveria de ser revertida dada a imigração europeia e a

boa fé que o Governo Brasileiro tem religiosamente cumprido com os ajustes que tem feito com os diversos colonizadores para garantir que os novos colonos lograssem êxito ao povoar os sertões de um “país onde com qualquer indústria e mui pouco trabalho podem terem a certeza de viverem numa abundância, de que nunca desfrutariam no encerro das cidades da Europa. (SAINT-ADOLPHE, 1863, p. VII)

Por fim, afirma que diante disto era de suma importância colocar em circulação importante obra que forneça um panorama deste país. Embora publicado em 1845, permite-nos trabalhar numa hipótese que alguns objetivos (imigração europeia) e algumas estratégias (propaganda por exemplo) já haviam sido colocados em diálogos e análises com os interesses da formação territorial e nacional, possibilitando que as elites, gradativamente aperfeiçoavam suas táticas para conquistar os objetivos para levar a cabo os projetos propostos. A produção cartográfica desenvolvida e aperfeiçoada ao longo do oitocentos pode ser indicada como resultado desta confluência de diferentes benefícios advindos da existência de repertório deste acervo documental, mas que desaguavam em efetivar a integração de um mercado nacional e povoamento do mesmo.

A importância da imagem/representação de um território conhecido era preocupação que também se fazia presente da Comissão, que pode ser constatado no relatório, assinado por Werneck e Kraus, segundo os quais era um dever da Comissão “tornar conhecido tanto a nós como ao estrangeiro os elementos de nossa prosperidade” (1866, p. 1). Afirmavam ainda que o desenvolvimento cartográfico não estava em equidade quanto a organização social que o país vivenciava, de modo, que não correspondia às exigências cabíveis a ciência. A relevância em “tornar conhecido” durante o processo de formação nacional dá-se porque o mapa mostra o que é nacional, o que deve (ou não) compor os elementos de orgulhos, histórico e identidade nacional; é partir da representação linear de uma comunidade (com sentimento de pertencimento), do corpo da pátria desenhado conseguimos facilmente nos identificarmos com sua história, adjetivos ou preocupações.

Perante o outro (a comunidade mundial) era evidenciar a capacidade e os esforços lançados para administrar o território o que implicava diretamente em questões de soberania, além do domínio científico das técnicas modernas de cartografia. Considerando que expostos em conjunto, o mapa (mostrando as dimensões continentais) com alguns produtos tropicais, aglutinavam-se como importantes informações acerca das possibilidades de negócios para o capital estrangeiro; cuja inserção era interpretada como fundamental para o triunfo nacional.

No relatório do MACOP de 1874 ao informar sobre a CGI, que destinava-se a Exposição Universal em Filadélfia afirma que a mesma “deve conter a maior somma de informações sobre as nossas estradas” (BRASIL, 1874, p. 219). A representação dos caminhos existentes para adentrar o território era importante por exemplificar as facilidades de exploração e escoamento dos produtos. Ou ainda para acessar os núcleos coloniais em implantação. A partir de *Theses sobre a Colonização no Brasil* elaborado por o Conselheiro Menezes e Souza (1875) é possível constar como a disseminação de informações mais precisas sobre os terrenos comercializáveis no Brasil, era um fator considerado de grande relevância para bom andamento do processo imigratório. Responsabilizado em 1873 pelo MACOP, Menezes e Souza em um prazo de dois anos, deveria elaborar um projeto contendo medidas cabíveis para desenvolver a colonização/imigração no Brasil. Em determinada passagem, o mesmo demonstra curiosidade diante do fato que mesmo as repúblicas castelhanas serem mais acometidas pela instabilidade política e civil e isto ser amplamente divulgado no continente europeu, recebiam um contingente maior de imigrantes e era apontado como destino preferido. Observou para isto, que estas repúblicas dispunham de uma considerável propaganda que articulava também informações geográficas: localizava no mapa o destino a que seriam encaminhados estes colonos; os documentos constavam ainda as vias de acessos para estes lugares nos quais seriam implantados os núcleos coloniais. Observado estas estratégias, recomendava que as mesmas fossem assumidas pelo governo brasileiro, além de outras medidas mais específicas à colonização³.

Diante desta necessidade, sentida há muito, é que em julho de 1871, através da lei de nº 1953, constitui-se uma comissão responsável para levantar a Carta Itinerária do Império que deveria “compreender não só as vias de comunicação existentes, como a indicação topográfica dos lugares que se prestem ao traçado de novas [vias]” (BRASIL, 1875, p. 220). A comissão foi constituída apenas em 1873 contando com a colaboração da Sociedade de Engenharia da Áustria, com a participação de engenheiros austríacos em conjunto com brasileiros. O contato com esta sociedade

³ Medidas relativas ao orçamento para subsidiar tal evento.

ocorreu na Exposição Universal de Viena, o que reforça a ideia das Exposições Universais como uma grande feira capitalista (SOUSA NETO, 2012).

A comissão tinha como objetivo iniciar os trabalhos geodésicos e topográficos na província do Rio Grande do Sul, deslocando para a direção Norte (meridianos 7° e 9°) do Rio de Janeiro. Concluiu assim, “uma carta topográfica de Porto Alegre, uma carta itinerária, plantas especiais das estradas, e uma carta geológica da zona entre os rios dos Sinos e Guaíba, incluídas as serras do Pinhal, Santana e bacia do Gravatá, no Rio Grande do Sul.” (CAPILÉ; VERGARRA, 2012, p. 40)

De importante constituição neste mesmo ano foi a Comissão da Carta Geológica que deveria localizar as minas conhecidas e as concessões de explorações feitas pelo governo. Deveria ainda fornecer conhecimento sobre as terras cultiváveis, bem como as possibilidades para assentamentos de novos núcleos coloniais e seus respectivos acessos. A Comissão da Carta Geológica ainda recebeu a missão de descrição e estudo da

estrutura geológica, paleontologia e paleobotânica; minas diversas; exame químico das rochas; elevação relativa; variações de clima; caráter e extensão das matas e dos campos; agricultura; animais úteis e nocivos; arqueologia; etnologia; amostras e fotografias. (CAPILÉ; VERGARA, 2012. P. 40)

Por fim, também integrada ao MACOP a Comissão de Astronomia teve o objetivo de “determinar as posições geográficas dos pontos da estrada de ferro de Dom Pedro II da corte à Província de São Paulo” (CAPILÉ; VERGARA, 2012, p. 40). A contribuição desta à CCGI deu-se em virtude que a partir destes pontos geográficos resultou na medição e conhecimento de um arco de paralelo que ligava a capital do Império ao grande meridiano do Brasil⁴. Igualmente dedicou-se para localizar as longitudes destes pontos, para os quais fez uso das linhas telegráficas, assim como dos cabos submarinos. Quando inexistentes as linhas telegráficas, foi utilizado o sistema de sinais luminosos. Esta comissão não confeccionou mapas, todavia foi responsável pelos dados e coordenadas geográficas usadas para a Carta Geral do Império, uma vez que astronomia e geodésia são conhecimentos inerentes as práticas cartográficas (CAPILÉ; VERGARA, 2012).

⁴ Este segue da barra do Chuí à fronteira da Guiana Francesa, com 38° de latitude de comprimento.

Nos últimos anos oitocentistas, quando a monarquia estava temporalmente no passado, o mapa da República do Brasil (1892) elaborado pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas⁵ e que foi produto oriundo das outras duas cartas, sendo uma delas a de 1875, traz no desenho uma série de informações sobre as infraestruturas de transportes e comunicações que configuravam uma tessitura que, embora mais densa no litoral, está lançada sobre o interior, seja pelo telegrafo ou através da navegação fluvial. Traz ainda a quantidade de colonos que ingressaram no país e a distribuição das colônias de imigrantes pelo território nacional. A permanência destas informações no Mapa da República do Brasil, reforça a proximidade da geografia e cartografia com os processos de formação territorial, que incorpora na imagem as preocupações das elites governantes.

Mesmo com algumas limitações apontadas pelos próprios integrantes da CCGI quanto a qualidade metodológica e científica da CGI, este trabalho é importante porque tornou-se a base para outros trabalhos futuros, inclusive no Brasil República – culminando com a Carta Nacional em 1922. Além da herança deixada diretamente no documento, salienta-se o conhecimento do território efetuado durante o trabalho de sua elaboração.

Os conhecimentos geográficos são fundamentais para fazer o território – pontos de defesa, organizar vias de transportes e comunicação, que por sua vez contribuíram para tentar consolidar um mercado interno integrado ou que ao menos colocasse uma certa frequência nos fluxos. A exemplos cita-se os portos fluviais e costeiros, as ferrovias e outras vias que foram implantadas ao longo do território e que detinham importância singular para a circulação e exercício da soberania sobre um espaço que, juridicamente definido, mas cuja soberania não correspondia.

Ainda pode-se mencionar o sistema telegráfico, que geralmente coincide com as estações ferroviárias, facilitou a ampliação do poder governamental por viabilizam um conhecimento maior dos acontecimentos próximos a tais lugares (dado a transmissão de informações), igualmente amplia o poder de suas leis e ordens; ainda destaca-se para o sistema telegráfico a sua contribuição para o mapeamento do território, pois o cálculo das coordenadas geográficas faziam uso desta infraestrutura.

⁵ Um desmembramento do MACOP.

Deste modo, o Estado não apenas precisa conhecer, mas também inserir elementos que possibilitem maior interação e controle destes espaços (a implantação das colônias militares ao longo do oitocentos é um exemplo disto).

A partir do momento que se almeja conquistar um espaço (há ação teleológica aqui) o espaço que é “vazio”, imaginário (na mente) deve ser transformado em informação precisa, aqui destaca-se a importância da cartografia – do reconhecimento cartográfico, organizando as cartas, mapas de modo a transmitir as informações adequadas para determinados interesses, predicativas como verdades, a partir dos interesses que perpassam a produção cartográfica, vinculada com a política governamental. É possível recorrer a Harley (2005) numa interessante passagem que o autor afirma que na elaboração dos mapas, é possível apropriar uma realidade primeiramente no papel e diante desta delimitação, carregada de intenções, serem construídos projetos, desígnios que vão de encontro com os anseios de um privilegiado grupo, encontrando na ciência uma moldura, aporte e legitimidade para levar a cabo tais intenções.

Referências

- BARÃO DO RIO BRANCO. **Questão de limites**: República Argentina. Brasília (DF): Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro (RJ), 1874.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro (RJ), 1875.
- CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema. Circunstâncias da cartografia no Brasil oitocentista e a necessidade de uma Carta Geral do Império. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro (RJ), v. 5, n. 1, p. 37-49, jan.-jun. 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.
- FIGUEIROA, Silvia Fernanda de M. **As ciências geológicas no Brasil**: uma história social e institucional (1875-1934). São Paulo (SP): Hucitec, 1997.
- HARLEY, J. Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**: ensayos sobre la historia de la cartografia. Compilação de Paul Laxton. Cidade do México (MEX): Fondo de Cultura Económica, 2005.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução de Maria Cecília França. Campinas (SP): Papirus, 1988.

- MENEZES E SOUZA, João C. de. **Theses sobre a colonização no Brasil**: projecto de solução as questões sociaes, que se prendem a este difficil problema. Rio de Janeiro (RJ): Typographia Nacional, 1875. Relatório apresentado ao MACOP em 1875.
- PEIXOTO, Renato A. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. **Anos 90**, Porto Alegre (RS), v.11, p. 299-318, jan.-dez. 2004.
- PESAVENTO, Sandra. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo (SP), v. 2, p. 151 – 167, jan.-dez. 1994.
- RIBEIRO, Duarte da P. **Exposição dos trabalhos históricos, geographicos e hydrographicos que serviram de base à Carta Geral do Império exhibida na Exposição Nacional de 1875**. Rio de Janeiro (RJ): Typografia Nacional, 1876.
- SAINT-ADOLPHE, Milliet. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. 2. ed. Paris (FRA): [s.n.], 1863.
- SOUSA NETO, Manoel F. **Planos para o Império**: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo (SP): Alameda, 2012.
- WERNECK, Hermegildo Luiz dos S.; KRAUSS, Carlos. Apontamentos relativos às explorações no Império. In: BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório do Anno de 1865**. Rio de Janeiro (RJ), 1866.

Recebido em 15 ago. 2016.

Aceito em 7 fev. 2017.